

**E QUANDO MUDA A PAISAGEM RACIAL URBANA?
REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO HAITIANO E SUAS
RELAÇÕES COM O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO SOB O PRISMA DAS
MÍDIAS E REDES SOCIAIS DIGITAIS¹**

Maristela Abadia Guimarães

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT
maristelaabadia@uol.com.br

Kátia Alonso Morosov

Universidade Federal de Mato Grosso
Programa de Pós Graduação em Educação
katia.ufmt@gmail.com

¹ Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

E quando muda a paisagem racial urbana? Reflexões sobre o processo migratório haitiano e suas relações com o pensamento social brasileiro sob o prisma das mídias e redes sociais digitais

Objetivo

Analisar as manifestações de brasileiros nas mídias e redes sociais digitais referentes à presença de migrantes haitianos com foco na história do pensamento social brasileiro.

Discussão Teórica e Metodológica

Uma jovem catarinense posta no Facebook (nov. 2014) uma pergunta sobre o motivo porque haveria tantos haitianos “por metro quadrado” em Florianópolis, o que a deixara *horrorizada*. Recebeu mais de 130 respostas e grande parte falava sobre se tratar de questões políticas e conspiratórias. Uma delas dizia se tratar de medida para enfraquecer a *identidade nacional*. Estas manifestações, dentre milhares de outras, são expostas diariamente nas mídias e redes sociais digitais, que, colhidas, se tornaram objetos desta pesquisa desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação, Lêtece-UFMT. Compreendemos que um projeto de mestiçagem secularmente elaborado e que teve como resultado a categoria cor híbrida, o pardo (OSÓRIO, 2003), parece estar sendo ameaçado, assim como a identidade nacional tão duramente perseguida e fortalecida no mito da democracia racial (GOMES, 2003; IANNI, 2004; NOGUEIRA, 1985; PAIXÃO, 2013). Trabalhamos, nesse contexto, com categorias binárias, o “eu”, brasileiro, *estabelecido*, que diz; e o “outro”, migrante, haitiano, *fora de seu lugar*, sujeito contextualizado nesses dizeres. O que diz o “eu” sobre o “outro”, aquele que chega e carrega em seu corpo a marca de ser migrante, de país pobre e negro, ou seja, carrega triplas marcas? Averiguamos como se construiu o pensamento social brasileiro para a formação da nação, planejada para ser branca e cuja intenção se deu no sentido de que a “América se forja(sse) pelo *melting Pot* e brancos (SEYFERTH, 2015, p. 24). Estaria nossa soberania sendo ameaçada pela presença do migrante negro como se defendeu o agressor de um haitiano (maio 2015) ao argumentar que “não foi racista nem xenófobo, agiu por uma questão de “soberania nacional”. Por que esse medo em relação ao migrante negro (AZEVEDO, 1987) e não com migrantes brancos oriundos da América do Norte e da Europa Ocidental? São questões respondidas ao longo da pesquisa, cujos loci foram as mídias UOL, G1, *Folha de São Paulo* e redes sociais digitais Facebook e Twitter. Com um olhar voltado para a história do pensamento social brasileiro, verificamos que “a questão racial esteve subjacente aos projetos imigrantistas desde

1818, antes ainda de a palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p. 118). A migração se configurou como amplo aspecto para o processo civilizatório brasileiro e condição para o País se tornar nação. A pesquisa refez o percurso histórico da migração brasileira nacional e internacional a partir do séc. XIX, passando pelo XX e adentrando o XXI. Patarra e Fernandes (2011); Seyferth (2015; 2002; 2000); Póvoa Neto e Ferreira (2005); Sayad (1998); Silva (2012); Cogo e Badet (2013; 2012) dentre inúmeros outros foram basilares para os estudos. A partir de 2010, assistimos a um novo panorama migratório no Brasil, ocasião que o País assiste à chegada de “indesejáveis”, pessoas “cuja visibilidade e interesse precisam ser constantemente negociadas por representarem exatamente as etnias indesejadas historicamente para povoar o país” (COGO; BADET, 2013, p. 23). Partimos do princípio que as políticas migratórias brasileiras sempre foram seletivas e restritivas e idealizadora de um perfil a ser recebido. Na década de 1920, Mato Grosso ofereceu terras a desbravadores, a imprensa alardeou que estariam vindo norte-americanos pretos, imediatamente as concessões foram canceladas pelo governador (SKIDMORE, 1976, p. 212), cuja ação demonstra haver um perfil migratório desejado. Ainda, os países, incluindo o Brasil, “sempre tentaram selecionar o tipo de imigrantes que queriam” e a imprensa cumpre seu papel no fortalecimento desse ideal (PÓVOA, 2012). Analisando o contexto passado/presente parece haver ainda hoje um perfil “desejável” e outro “indesejável” explicitado nas políticas que regulamentam a migração e também em manifestações discursivas oficiais ou não. A diferença é que atualmente convivem no País ambas as categorias (PATARRA; FERNANDES, 2011) e uma delas, a haitiana tem sido alvo de discursos desqualificadores, inclusive oficiais: “O Brasil tem conseguido atrair uma quantidade grande de imigrantes, de haitianos e africanos, *mas também* de trabalhadores qualificados” (Presidente do CNIg ao *O Estrangeiro*, 08 jun.2015). O termo “mas também” aponta em direção a dois polos: de um lado migrante “qualificado”, do outro, o “desqualificado”, valendo-se para isso de suas origens. Esse pensamento parece ser fruto de um passado cuja história foi racialmente construída, quando o pensamento social brasileiro se instituía em busca de se formar uma nação civilizada (MOORE, 2007; IANNI, 2004; DA MATA, 2010) e se perpetua e se consolida em comportamentos discriminatórios que fazem eco sejam nas notícias veiculadas nas mídias, sejam nos comentários que essas notícias despertam, cujos conteúdos são sentidos e vivenciados pelo “outro” que também se manifesta: “A COR DA MINHA PELE NÃO DEFINE O MEU FUTURO”, brado de um jovem haitiano em sua página pessoal do Facebook (2015). O ciberespaço (LEVY, 2000) foi o campo selecionado e a internet vista e configurada como veículo onde se processam as mudanças sociais (CASTELLS, 2013; 1999). Trata-se de pesquisa qualitativa, etnográfica, na modalidade netnografia (HINE,

2004) em que o pesquisador social revisita a história da migração brasileira compreendendo-a como processo social motivada pelo pensamento social brasileiro de cunho racista (SEYFERTH, 2015; 2000 dentre outros) e intenciona interpretar manifestações discursivas postadas no ciberespaço, vistas como fatos sociais concretos porque gerados e historicamente consolidados. Os sentidos desses dizeres no contexto migratório são relevantes porque parecem trazer de volta uma memória esquecida, a do branqueamento do Brasil. Um possível enegrecimento à vista parece ter intensificado o medo e o ódio (FANON, 2008; MOORE, 2007) e o racismo à brasileira (camuflado) é colocado a prova e as vozes racistas se tornam audíveis e visibilizadas. A migração contemporânea no Brasil, em específico a haitiana, é um fenômeno que precisa ser compreendido, assim como as reações desencadeadas. A pesquisa envolveu relações entre sujeitos e a ética na pesquisa foi problematizada e refletimos que o comprometimento era com os sujeitos percebidos, os migrantes haitianos, e se silenciássemos sobre os discursos de xenofobia, racismo e discriminação estaríamos em estado de cumplicidade com os locutores. Assumimos esta postura diante da percepção de que a “ciência social é um regime de poder que ajuda a normalizar a ordem social” (CHRISTIANS, 2006, p. 150). Se assim tem sido, é possível vê-lo também de outro modo, e este é um desafio na busca pela humanização das questões migratórias, pois um observador neutro possivelmente ignorará as “relações de poder associadas ao gênero, [...], à etnicidade, à raça e à nacionalidade” (CHRISTIANS, *ibidem*).

Resultados

Migrar é, portanto, estabelecer uma determinada relação num campo de poder já vivenciado por um “eu” e que nele já se encontra estabelecido. O “eu”, que fala sobre o “outro”, diz em conformidade com o lugar que ocupa. Em contrapartida, precisamos encontrar soluções criativas ou agir soberana e humanamente quando se trata de resolver os processos migratórios. A postura dos órgãos governamentais aparenta ir ao encontro do pensamento social brasileiro, elitizado e racista, não necessariamente representa toda a esfera do Governo brasileiro, referenciamos a ação de concessão de permanência, em 2015, a cerca de 43 mil haitianos, mas muito ainda há que se fazer para lhes conceder dignidade. Os resultados encontrados foram, dentre outros, que a chegada do migrante haitiano coloca por terra um projeto de nação branca, de olhos azuis, dita civilizada. A paisagem racial muda. Enegrece e as manifestações apontam para essa nova cor como “ameaça nacional”. Progressivamente, a pirâmide racial tem invertido, há mais negros/as atores de processos de mudança, o que significa dizer que a paisagem sociorracial enegreceu, apontando para uma nova identidade racial: a negra; estamos também repensando e

revisitando a historiografia oficial a partir dos haitianos e da influência do Haiti na história brasileira proporcionada tanto pelos estudos de pós-graduações, como por profissionais haitianos que atuam em universidades brasileiras e pelas trocas culturais publicizadas nas mídias e redes sociais digitais. É mister, pois, escrever uma nova página na história da migração brasileira, em que o “outro” “indesejável” se faça visível e é nesse contexto que os pensadores sociais vão atuar, analisando a realidade brasileira e buscando sugerir novas práticas e novos comportamentos para a nação brasileira.

Referências

- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.
- CRISTIANS, C. G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução de: Sandra Regina Netz. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006. p. 141-163.
- HINE, C. **Etnografia virtual.** Tradução do inglês de: Crtsuen P. Hormazabal para versão em espanhol. Barcelona: Ed. UOC, 2004. (Coleção Nuevas Tecnologías y Sociedad).
- PAIXÃO, M. **500 Anos de solidão: ensaios sobre as desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Appris, 2013.
- PATARRA, N. L; FERNANDES, D. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. In: CHIARELO, L. M. (Coord.). **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina: los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México.** New York, NY: Scalabrini International Migration Network Inc., 2011. p. 151-268.
- PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios.** Rio de Janeiro, RJ: Raven, 2005.
- SEYFERTH, G. (Coord.) et al. **Pensamento social no Brasil: notas de aulas.** Porto Alegre, RS: Letra & Vida, 2015.
- _____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 53, 2002. p. 117-149.
- SILVA, S. A. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos? **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23, n. 44, p.119-134, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-119.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Tradução de: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.